

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Ricardo Bruno Antunes Machado Ric (1 / 1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 2025-09-22 10:20:25
HASH: 22572980a31c3724e8a3d793f72833955



IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/2013	2988/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DMG - DIREÇÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Contratos-Programa a celebrar entre o Município de Braga e a AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – EM para 2025

PROPOSTA: Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o contratos-programa a celebrar com a AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – EM para 2025.

I. Exposição e Motivos

1. Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a exploração dos sistemas públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e da gestão de resíduos urbanos pertence à esfera jurídica dos Municípios.

2. No concelho de Braga, as referidas competências foram delegadas na AGERE que, nos termos dos seus Estatutos, tem como objeto (social) principal a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público; a recolha, tratamento e rejeição de efluentes; a recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos e a limpeza e higiene públicas. Acresce a gestão do canil / gatil municipal.



3. A AGERE foi constituída por referência a 1 de janeiro de 1999, tendo como objeto social a prestação de serviços de interesse geral, para efeitos de cumprimento do objeto social indicado, no sentido de uma melhor gestão ambiental no Concelho com inerentes melhorias no nível de vida das populações. Como objetivo da sua atividade reside a prestação de um serviço de excelência na gestão da água, efluentes e resíduos urbanos preservando o meio ambiente, satisfazendo em simultâneo as necessidades e expectativas dos clientes, racionalizando meios e custos, e otimizando a performance financeira.
4. A atividade da AGERE contempla a delegação de poderes presente no artigo 17.º dos respetivos estatutos.
5. O regime jurídico que rege estes serviços públicos essenciais foi objeto de reformulação ao nível do seu enquadramento legal, pela aprovação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na redação em vigor.
6. Nos termos do artigo 17.º e seguintes do mencionado diploma legal, foi celebrado entre o Município de Braga e a AGERE, um contrato de gestão delegada que estabelece os termos e condições da delegação dos serviços de captação, tratamento, elevação, armazenamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento, reutilização e rejeição de efluentes, bem como de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana.
7. Neste seguimento, foi apresentado por parte da administração da AGERE, uma proposta para a celebração de um contrato-programa, com vista a consolidar a visão de assunção de atribuições encetada nos últimos anos, e consequentemente fomentar o desenvolvimento das suas atividades.

II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão

8. A AGERE, ainda que integrada no tecido empresarial local, é uma entidade cujo objeto visa promover e salvaguardar o interesse próprio da respetiva população de Braga, prossequindo atividades entendidas como de interesse geral.
9. Neste contexto, cabe a este município assegurar a prossecução das atribuições nos domínios do abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, que lhe são acometidas nos termos do disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea g), k) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, e nos termos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na redação em vigor, podendo socorrer-se do setor empresarial local nos termos do disposto no artigo 47.º, n.º 1 do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
10. O executivo pode ainda deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais.



11. Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos.

12. Para a tomada das decisões deve ser assegurado que os apoios concedidos geram uma *“mais-valia”* vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica nas situações vertentes.

13. Os apoios a conceder não consubstanciam um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital.

14. No que respeita ao controlo das atribuições dos apoios, impende sobre as empresas municipais, do ponto de vista gestor, o dever de informação sobre planos de atividades e orçamentos anuais e plurianuais, estimativa de operações financeiras com o Município que inclui a prestação anual de contas, relatórios de execução orçamental entre outras informações diversas.

15. Caberá ainda ao executivo municipal, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas a) e b) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, disponibilizar à Assembleia Municipal informação sobre a participação do município nas empresas municipais para efetivação dos deveres de acompanhamento e fiscalização desse órgão municipal.

16. A minuta do contratos-programa prevê ainda no seu articulado o direito do Município verificar o cumprimento do documento contratual e o acompanhamento das ações propostas e a desenvolver.

17. Nestes termos, considere-se ainda que:

18. A AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – E.M, é uma empresa local que tem como objeto (social) principal a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público; a recolha, tratamento e rejeição de efluentes; a recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos e a limpeza e higiene públicas. Acresce a gestão do canil / gatil municipal.

a) A AGERE rege-se pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelo código das sociedades comerciais, pelos seus estatutos e subsidiariamente pelo regime do setor empresarial do Estado sem prejuízo das normas imperativas neste previstas;

b) O artigo 50.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, estatui que as entidades públicas participantes devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local onde se defina a missão e conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas e se especifiquem os



montantes de subsídio à exploração que as empresas locais têm o direito de receber como contrapartida das obrigações assumidas, no que se aplicam as disposições do artigo 47.º do mesmo diploma;

c) A minuta do contrato-programa a celebrar inscreve a carteira de projetos específicos a desenvolver, bem como o valor de subsídio à exploração necessário à manutenção do equilíbrio das contas da empresa, atento que o esforço associado à execução destas intervenções é muito superior aos meios de exploração libertos pela empresa;

d) A minuta do contrato em anexo cumpre ainda os requisitos exigidos no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

19. O n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo.

20. Nos termos do n.º 7 do mesmo artigo, independentemente do cumprimento dos demais requisitos e formalidades previstos na lei, a celebração dos contratos-programa deve ser comunicada à Inspeção-Geral de Finanças e, quando não esteja sujeita a visto prévio, ao Tribunal de Contas.

21. De acordo com o previsto na alínea h) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, encontram-se isentos de fiscalização prévia os contratos-programa e respetivos atos de execução celebrados entre uma autarquia local e uma entidade do setor empresarial local, por via dos quais sejam transferidas competências, constituído mandato para a sua prossecução ou assumido o compromisso de execução de determinadas atividades ou tarefas.

22. Em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 6 do art.º 25.º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa foi objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único da empresa.

23. As despesas têm enquadramento no orçamento municipal, conforme informação da Divisão de Contabilidade.

Em face do exposto, **proponho**:

Que o executivo municipal, delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o contrato-programa a celebrar com a AGERE para o ano 2025.

Anexos:

1. Contrato-Programa e Parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único da empresa.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE





AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

PARECER PRÉVIO SOBRE O CONTRATO-PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2025

Introdução

1. Para os efeitos do art.º 25.º/n.º 6/alínea c) da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer prévio sobre o valor do subsídio à exploração a receber pela **AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.** (doravante designado de "Entidade" ou "AGERE"), do **Município de Braga**, com base no "Contrato Programa" no valor de 9 082 789 euros, para o exercício de 2025, cuja minuta se anexa (documento com dezoito páginas, por nós rubricadas e carimbadas).
2. Cabe à AGERE proceder ao cumprimento do seu objeto e atribuições que estatutariamente lhe são atribuídas, desenvolvendo uma cultura de inovação, consolidando a defesa dos interesses dos utilizadores, incluindo a acessibilidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade da gestão do serviço, incluindo a sustentabilidade económica, infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos e a sustentabilidade ambiental, incluindo a eficiência na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição.
3. A atribuição de subsídio à exploração é efetuada como contrapartida das obrigações assumidas pela AGERE, no âmbito da prossecução da atividade da limpeza e higiene pública no Município de Braga.





Responsabilidades

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração da AGERE o cálculo do valor da indemnização compensatória, com base nos pressupostos que lhe estão subjacentes, tendo em conta os objetivos propostos e as condicionantes legais.

5. A nossa responsabilidade consiste em verificar a razoabilidade do cálculo do valor do referido subsídio à exploração, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho. Aplicamos a Norma Internacional de Gestão da Qualidade ISQM 1 e, conseqüentemente, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Âmbito

6. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, incluindo designadamente os seguintes procedimentos:

- Análise de razoabilidade da informação de base ao apuramento dos parâmetros de cálculo da contrapartida económica;
- Verificação dos cálculos aritméticos subjacentes; e
- Revisão da consistência entre os dados quantitativos e a informação constante da minuta do Contrato Programa.

7. O cômputo do subsídio no montante supra referido assentou na quantificação do diferencial entre os rendimentos e os gastos estimados na prossecução da atividade de limpeza e higiene pública, acrescido de uma parcela correspondente a 5% destes gastos estimados.

8. Importa ainda destacar o facto de ter sido aprovado por maioria em Assembleia Geral de acionistas o contrato de gestão delegada entre a entidade e o Município de Braga, pelo que alertamos para a necessidade da análise dos eventuais efeitos do mesmo no referido contrato.

9. A minuta do contrato prevê a forma de avaliação dos graus de eficácia no cumprimento dos objetivos propostos e da eficiência na utilização dos recursos atribuídos em termos que, nas circunstâncias, nos parecem adequados.





G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Parecer

10. Com base no trabalho efetuado, podemos conduir que nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a considerar que o valor da indemnização compensatória previsto não esteja adequadamente calculado e de acordo com a respetiva minuta do Contrato Programa, ou que não seja adequado à prossecução dos objetivos propostos pela AGERE.

11. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos, e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Braga, 09 de dezembro de 2024.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda.

(SROC 153, CMVM 20161463)

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, CMVM 20160890)

Código Validação: 55HS6WMP2S46YNZZ7LTDE4R
Verificação: <https://braga.balcioeletronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 8 / 87



MINUTA CONTRATO-PROGRAMA

ENTRE O

MUNICÍPIO DE BRAGA E A

AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.



ENTRE, DE UMA PARTE,

O Município de Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, representado neste contrato-programa pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, o qual outorga no uso de poderes concedidos nos termos e para os efeitos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, adiante designado apenas por "Município" ou por "Primeiro Outorgante".

E, DE OUTRA PARTE,

AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – E.M., pessoa coletiva n.º 504 807 692, com sede na Praça do Conde de Agrolongo, 115, freguesia de Braga (São João do Souto), 4700-312 Braga, com o capital social de Euro 39.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 504807692, devidamente representada neste contrato-programa pela Presidente do Conselho de Administração, Eng.ª Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger e pelos Administradores-Executivos Dr. António Jorge Almeida da Silva e Eng.ª Paula Nívea Nunes Campos, adiante designada apenas por "AGERE" ou por "Segundo Outorgante", é celebrado o presente contrato-programa, que se rege pelas cláusulas seguintes:

CONSIDERANDO QUE:

O Município de Braga delegou na AGERE a execução da atividade de captação, tratamento, elevação, armazenamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento, reutilização e rejeição de efluentes, bem como de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana, por referência ao cumprimento do objeto social constante dos seus estatutos, nos termos do respetivo artigo 17.º,



A AGERE foi assim constituída tendo como objeto social a prestação de serviços de interesse geral desenvolvendo atividades indicadas nas alíneas do artigo 45.º nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto ("Empresa local de gestão de serviços de interesse geral");

Cabe à AGERE proceder ao cumprimento do seu objeto e atribuições que estatutariamente lhe são atribuídas, desenvolvendo uma cultura de inovação, consolidando a defesa dos interesses dos utilizadores, incluindo a acessibilidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade da gestão do serviço, incluindo a sustentabilidade económica, infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos e a sustentabilidade ambiental, incluindo a eficiência na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição.

Nos termos do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as entidades públicas participantes devem proceder à celebração de contratos – programa, contendo os correspondentes subsídios à exploração como contrapartida das obrigações assumidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto)

- 1- O presente contrato-programa estabelece os fundamentos da relação contratual entre o Município e a AGERE, e respetiva finalidade, bem como as normas para a comparticipação financeira a atribuir pelo Município à AGERE, nos termos e para os efeitos do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.
- 2- As competências da AGERE incluem a atividade de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana, nos termos definidos nos artigos 4.º e 5.º dos respetivos Estatutos.
- 3- A atribuição de subsídio à exploração é efetuada como contrapartida das obrigações assumidas pela AGERE, no âmbito da prossecução da atividade da limpeza e higiene pública no Município de Braga.
- 4- O contrato-programa estabelece, ainda, a finalidade da relação contratual, o montante do subsídio à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais para medição da realização dos objetivos sectoriais.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Fundamentos e finalidade da relação contratual)

- 1- O Município define, pelo presente contrato-programa, em conformidade com os Estatutos da AGERE, os termos para o exercício por esta última da atividade de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana.
- 2- Cabe à AGERE cumprir os objetivos programados no que respeita à exploração das atividades no âmbito da recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, bem como da higiene e limpeza urbana do Município, visando desenvolver esta atividade.



- 3- A atividade da AGERE assenta na prestação de um serviço de excelência na gestão de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana preservando o meio ambiente, satisfazendo, em simultâneo, a defesa dos interesses dos utilizadores, incluindo a acessibilidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade da gestão do serviço, incluindo a sustentabilidade económica, infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos e a sustentabilidade ambiental, incluindo a eficiência na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição

CLÁUSULA TERCEIRA

(Participação financeira)

- 1- O Município compromete-se a prestar apoio financeiro à AGERE através de subsídio à exploração, no montante estimado de Euro 9.082.789,08 [nove milhões e oitenta e dois mil e setecentos e oitenta e nove euros e oito centimos], acrescido de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver lugar, por referência ao ano de 2025, para a prossecução do objeto e competências estatutariamente atribuídas no âmbito da limpeza e higiene e limpeza urbana do Município do Segundo Outorgante.
- 2- O montante referido no número anterior será pago em prestações mensais no valor de Euro 756.899,09 [setecentos e cinquenta e seis mil e oitocentos e noventa e nove euros e nove centimos].
- 3- O valor monetário mencionado no número 1, no montante de Euro 9.082.789,08 [nove milhões e oitenta e dois mil e setecentos e oitenta e nove euros e oito centimos], resulta do valor estimado previsto no orçamento da AGERE, para o ano de 2025, onde se evidencia o diferencial entre receitas e despesas dos setores de atividade, a que se refere este contrato programa. No ano fiscal seguinte, após apurar os valores definitivos, será efetuado o respetivo acerto de contas, nos mesmos moldes.
- 4- O apoio financeiro referido no n.º 1, é suportado pela dotação orçamental XX/XXX/202X e respetiva dotação das GDP (grandes opções do plano), se aplicável.

CLÁUSULA QUARTA

(Objetivos Setoriais)

Os objetivos setoriais inerentes ao exercício de atividade pela AGERE, nos termos a que se refere o n.º 2 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e através dos quais se permite a avaliação em termos de eficácia e eficiência, compreendem a:

- a) Defesa dos interesses dos utilizadores, incluindo a acessibilidade e a qualidade do serviço;
- b) Sustentabilidade da gestão do serviço, incluindo a sustentabilidade económica, infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos;
- c) Sustentabilidade ambiental, incluindo a eficiência na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição.



CLÁUSULA QUINTA

(Indicadores de desempenho)

De forma a avaliar o desempenho da atividade da Segunda Outorgante no âmbito do presente contrato, e tendo em vista a avaliação dos objetivos setoriais, deverá a mesma, semestralmente, apresentar um relatório e/ou prestar os esclarecimentos considerados necessários, relativos aos indicadores e respetivas metas, ambos expostos no Anexo 1 ao presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA

(Obrigações do Primeiro Outorgante)

Constitui obrigação do Primeiro Outorgante:

- 1- Acompanhar e controlar o cumprimento deste contrato, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.
- 2- Efetuar a comparticipação financeira à Segunda Outorgante, nos termos da Cláusula Terceira deste Contrato-Programa, obedecendo ao respetivo plano de pagamentos.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Obrigações da Segunda Outorgante)

Constituem obrigações da Segunda Outorgante:

- 1- Cumprir o objeto do Contrato-Programa, incluindo:
 - a) A recolha, transporte e deposição dos resíduos urbanos da área do Município, nos termos do Anexo 2, dotando-a, nomeadamente, dos meios humanos necessários e da estrutura de equipamentos economicamente adequada e em bom estado de conservação;
 - b) A manutenção geral da higiene e limpeza do Município, incluindo a varredura e lavagem de espaços públicos e a limpeza dos sanitários públicos, nos termos do Anexo 3, dotando estas atividades, nomeadamente dos meios humanos e equipamentos necessários ao seu normal funcionamento;
 - c) A manutenção das infraestruturas do Centro de Recolha Oficial, a logística de recolha, os colaboradores e a garantia do bem-estar animal dos animais alojados (limpeza, desinfeção, controlo de pragas, prestação dos primeiros cuidados ao animal, em caso de necessidade, plano de evacuação em situações de catástrofe, entre outros).
- 2- Cumprir na íntegra o disposto na lei no que se refere à realização de despesas públicas.
- 3- Apresentar os documentos legais, indispensáveis à concretização do Contrato-Programa.





- 4- Efetuar a gestão e aplicação das verbas consignadas no presente Contrato-Programa, de acordo com o objetivo visado.
- 5- Prestar anualmente contas ao Município ou a qualquer outra entidade fiscalizadora, sempre que tal seja solicitado.
- 6- Apresentar, no final do ano, um relatório das atividades realizadas.
- 7- Manter a sua situação fiscal e parafiscal (Segurança Social) devidamente regularizada.

CLÁUSULA OITAVA

(Colaboração entre as partes)

As partes outorgantes comprometem-se a assegurar uma estreita colaboração entre si com vista ao mais correto acompanhamento e execução deste Contrato-Programa e, em especial, a assegurar um princípio de boa gestão.

CLÁUSULA NONA

(Acompanhamento e controlo deste contrato)

- 1- O acompanhamento e controlo deste contrato são efetuados pelo Município, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, fiscalizar a sua execução.
- 2- No que diz respeito aos contratos-programa, até 31 de março do ano seguinte àquele a que respeita o contrato, as entidades beneficiárias devem apresentar o relatório de execução, com particular incidência nos aspetos de natureza financeira e com explicitação dos objetivos e dos resultados alcançados.
- 3- Ao Município reserva-se o direito de, a todo o tempo, solicitar a apresentação da documentação referida no número anterior, para comprovar a correta aplicação dos subsídios.

CLÁUSULA DÉCIMA

(Período de vigência do contrato)

O presente Contrato-Programa vigora durante o ano de 2025.

CLÁUSULA DÉCIMA -PRIMEIRA

(Revisão do Contrato-Programa)

Qualquer alteração ou adaptação ao presente Contrato-Programa carece de prévio acordo do Município, a prestar por escrito e em termos expressos.





G. C.
A. D.

L. P.

10/05/2024

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA

(Incumprimento e resolução do contrato)

A falta de cumprimento do presente Contrato-Programa, ou desvio dos seus objetivos por parte da Segunda Outorgante, constitui justa causa da resolução do contrato, podendo implicar, consoante o tipo de apoio, a devolução ao Primeiro Outorgante dos montantes recebidos ao abrigo do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA

(Disposições finais)

Em tudo o não estabelecido no presente contrato, aplicar-se-á o disposto na legislação em vigor sobre a matéria.

O presente Contrato Programa é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada Outorgante, com todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

Braga, ____ de _____ de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

A Presidente do Conselho de Administração

(Eng.ª Alexandra Suzana Abreu de Faria|Carvalho Roeger)





Os Administradores-Executivos da AGERE

(Dr. António Jorge Almeida da Silva)

(Eng.ª Paula Nívea Nunes Campos)



ANEXOS



ANEXO 1

Indicadores de Desempenho

Gestão de Resíduos Urbanos - Balsa

Objetivo Setorial	Referência	Indicador	Descrição	Unidade de Medida	Meta
Defesa dos Interesses dos Utilizadores	Acessibilidade do Serviço	Acessibilidade física do Serviço RU	Porcentagem do número de alojamentos na área de intervenção com serviço de recolha diferenciada	%	[85;100]
		Taxa de varredura	Porcentagem do número de km varridos relativamente ao plano de varredura	%	[90;100]
	Qualidade do Serviço	Lavagem de contentores RU	Frequência de lavagem de contentores do serviço de deposição diferenciada de resíduos urbanos	nº	[6;24]
		Higieneção de papeleras AU	Frequência de higienização de papeleras do serviço de ambiente urbano	nº	[6;12]
		Resposta a reclamações e sugestões RU	Porcentagem de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior a 22 dias úteis	%	[85;100]
Sustentabilidade da gestão do serviço	Sustentabilidade Infraestrutural	Resposta a reclamações e sugestões AU	Porcentagem de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior a 22 dias úteis	%	[85;100]
		Renovação do parque de viaturas	Diferença média percentual por viatura afeta ao serviço de recolha de resíduos	Km/viatura	[200.000;300.000]
		Reabilitação do parque de viaturas	Quantidade de resíduos recolhidos por capacidade anual instalada de viaturas de recolha	Kg/m3	[450;550]
	Produtividade/eficácia dos recursos humanos	Disponibilidade das viaturas de recolha	Tempo de disponibilidade média das viaturas de recolha face às horas de operação planeadas	%	[85;100]
		Adequação dos recursos humanos afetados à recolha	Número total equivalente de trabalhadores a tempo inteiro afetados à recolha de resíduos por 1000 toneladas de resíduos recolhidos	n.º/1000t	[1;2]
Sustentabilidade ambiental	Eficiência na utilização de recursos ambientais	Utilização de recursos energéticos	Consumo total de combustível por 1000 toneladas de resíduos recolhidos	tep/1000t	[0;5]
	Prevenção da poluição	Emissão de gases com efeito de estufa	Quantidade total de emissões de CO ₂ com origem nas viaturas de recolha por tonelada de resíduos recolhidos	kg CO ₂ /t	[0;15]



Atividade de Recolha de Resíduos

1. Recolha, transporte e depósito de RU em Unidade de Tratamento de Resíduos em Alta (BRAVAL)

O Sistema de recolha de resíduos assenta na compartimentação com diferenciação em três zonas de ação distintas:

- a zona central, ou primeiro anel, é constituído essencialmente pelo Centro Histórico da cidade, caracterizado pela predominância do comércio tradicional e restauração, com baixa densidade populacional e vias exguas e de tráfego condicionado;
- o segundo anel, que integra a zona envolvente ao casco histórico, fortemente urbanizada, de grande densidade populacional, com abundância de construção em altura e menor atividade comercial;
- o terceiro anel ou periferia do concelho, de menor densidade populacional, maioritariamente composto por moradias unifamiliares e zonas ainda bastante naturalizadas.

1.1. Primeiro Anel – Recolha Porta a Porta

A tipologia desta zona do concelho, com obstáculos à circulação de viaturas pesadas, quer pela exiguidade das vias, quer pela convivência com trânsito pedonal, quer ainda pelos danos que poderão ser causados à rede viária e ao património histórico e arqueológico, desaconselhou o recurso a equipamentos de deposição enterrados, bem como a contentores de superfície, dando o impacto visual numa zona fortemente turística.

Assim, a recolha desta área manter-se-á no sistema muito semelhante ao sistema porta-a-porta, de frequência diária, com viatura de 7 m³.

Tratando-se de uma zona com forte implantação de hotelaria e restauração, diariamente é gerada uma grande quantidade de resíduos orgânicos que, de modo a garantir a sua valorização, foi adquirida uma viatura de recolha bifluxe, com duas cubas estanques independentes, de modo a permitir a recolha pela mesma operação da fracção indiferenciada e da fracção orgânica em compartimentos separados.

Conhecendo os problemas normalmente associados à deposição de resíduos orgânicos na via pública e de modo a motivar os potenciais grandes produtores de fracção orgânica, foram distribuídos pelos estabelecimentos de hotelaria e restauração contentores de 80, 120 ou 240 litros destinados à fracção orgânica (de cor castanha) e à



restante fração indiferenciada (de cor preta). Pretendeu-se deste modo facilitar o manuseamento e transporte deste tipo de resíduo, enquanto se minimizam os lixiviados na via pública.

1.2. Segundo Anel – Recolha de Proximidade com Contentores de Grande Capacidade e Viaturas Monoperador

Correspondendo a cerca de 11% da superfície do concelho, nesta área estão concentrados cerca de 110 000 habitantes, ou seja, cerca de 57% do total da população do Município. Com forte densidade de urbanização, caracteriza-se por potencial concentração de resíduos no mesmo local, provenientes de múltiplas frações. Pelo que, foram instalados equipamentos de disposição de grande capacidade, sendo parte de superfície (3000 e 3750 litros) e parte subterrâneos (5000 litros).

Os equipamentos de deposição instalados ditam a utilização de chassis com sistema Airpilroll e superestruturas do mesmo sistema, permitindo assim a intermutação entre superestruturas de recolha e superestruturas de lavagem de contentores, evitando-se a duplicação de chassis e maximizando-se a rentabilização dos mesmos.

De modo a otimizar os recursos, minimizando a utilização de recursos energéticos e a emissão de gases com efeito de estufa, a recolha deste segundo anel tem uma frequência em dias alternados, sendo a rede de equipamentos dimensionada nesse sentido. Excecionalmente, em casos que as infraestruturas e o edificado não permitam a instalação dos equipamentos na quantidade necessária, existe um número inferior de equipamentos com recolha diária.

Dado este sistema de recolha oferecer menos constrangimentos ao trânsito automóvel, em zonas habitacionais, com reduzida atividade comercial, a recolha e lavagem dos equipamentos é maioritariamente processada em período diurno, reduzindo a emissão de ruído em período noturno e rentabilizando as novas viaturas.

Sistema Bilateral Monoperador

- Contentores Enterrados 5000L: 71 unidades
- Contentores Superfície 3750L: 965 unidades
- Contentores Superfície 3000L: 292 unidades
- Contentores Superfície 2250L: 13 unidades



1.3. Terceiro Anel – Recolha de Proximidade com Contentores Móveis de 1100 Litros de Capacidade e Viaturas de Carga Traseira

O restante concelho ficou integrado no terceiro anel, com menor densidade populacional, cerca de 20 000 habitantes, e onde o critério preferencial foi privilegiar a acessibilidade dos municípios e não as necessidades de deposição em termos de quantidade. Assim, foram instalados contentores de superfície de 1100 litros.

Neste terceiro anel foi integrada parte da recolha que era processada com frequência diária, em período noturno, que passou a ser executada em período diurno, em dias alternados, dados os menores constrangimentos ao trânsito da recolha de contentores em contraponto com a recolha porta a porta.

Dado o aumento considerável do número de contentores e a necessidade de cumprimento das metas de lavagem dos mesmos, foi necessário adquirir duas viaturas dedicadas exclusivamente à lavagem de contentores.

- Sistema de Carga Traseira
 - Contentores 1100L: 3979 unidades
 - Molok 5000L: 19 unidades
 - Molok 3000L: 6 unidades

2. Recolha e transporte de Biorresíduos Alimentares

O sistema de recolha seletiva de biorresíduos alimentares baseia-se na separação dos mesmos na origem e a sua deposição ocorre em regime de co-coleta nas infraestruturas existentes, destinadas aos resíduos indiferenciados. Evita-se assim, a duplicação de infraestruturas de deposição, de equipas de recolha, de viaturas e de percursos.

A recolha de biorresíduos alimentares, após a implementação de projetos piloto, será disseminada por todo o concelho. Esta ação contempla a distribuição de forma gratuita, e por cada alojamento, de um contentor de 71 e respetivos sacos para deposição de biorresíduos. O município terá apenas de colocar o saco com os biorresíduos produzidos no contentor já existente para deposição de resíduos indiferenciados. O saco terá uma cor diferente, de modo que seja facilmente separado na BRAVAL, onde os biorresíduos alimentares serão utilizados para produção de energia e de fertilizante para a agricultura.



Para produtores significativos de biorresíduos alimentares, como cantinas, restauração, setor social, etc. são distribuídos sacos de maiores dimensões, da mesma cor específica, também para depósito nas infraestruturas existentes. Em casos de volumes significativos de produção, serão instalados contentores específicos destinados aos biorresíduos, de modo a minimizar eventuais contaminações e facilitar a separação na BRAVAL.

3. Recolha, transporte e depósito de Objetos de Grande Dimensão (Monstros e Outros) na BRAVAL

O serviço de recolha de monstros e eletrodomésticos fora de uso é prestado gratuitamente aos clientes domésticos. A recolha é feita mediante agendamento através da página web da AGERE, de acordo com a disponibilidade de datas. No caso dos clientes não domésticos, o serviço é prestado mediante arcametação.

O serviço é prestado por duas equipas de recolha, compostas por motorista de pesados e dois assistentes operacionais com viatura pesada de mercadorias equipada com plataforma elevatória de cargas.

4. Recolha, transporte e depósito de Biorresíduos, Verdes de Jardins e Parques, na BRAVAL

O serviço de recolha de resíduos verdes de jardins e parques é prestado gratuitamente aos clientes domésticos, sendo a recolha realizada mediante agendamento.

Acréscenta-se ainda a implementação da recolha de verdes com aquisição de contentores metálicos Multibenne que ficarão estrategicamente localizados.

5. Recolha, transporte e encaminhamento de RCD para Unidade de Tratamento

Na generalidade dos casos a responsabilidade legal de encaminhamento dos RCD é do produtor, não podendo ser geridos pelos sistemas municipais de gestão de resíduos. A lei prevê, a título excecional, que os RCD resultantes de pequenas reparações e obras de bricolage, quando realizadas pelo próprio proprietário ou arrendatário sejam responsabilidade dos sistemas municipais. Nestes casos, a recolha e encaminhamento é realizado mediante arcametação.

a Gerência



Anexo 3

Atividades de Ambiente Urbano

1. Limpeza Urbana

A atividade de limpeza urbana decorre no período matinal, de segunda a sábado, distribuída por quatro secções logísticas, para maior proximidade às áreas de intervenção. Esta atividade processa-se de modo tradicional, através de colaboradores operacionais com carrinhos de varredura, procedendo à limpeza do espaço público e esvaziamento de papeleiras e, nos casos que envolvem maiores deslocações, em triciclos elétricos, auxiliados por aspiradores mecânicos e veículos especiais de mercadorias elétricos.

1.1 Horário de laboração

Segunda a Sexta

7.00h – 12h55m

Sábado

7.10h – 11h55m

1.2 Área geográfica

■ Maximinos

■ Se

■ Civilidade

■ S. Lázaro

14



- S. João Scuito
- S. Vicente
- S. Vitor
- Ferreiros (área de maior densidade de urbanização)
- Lamações (área de maior densidade de urbanização)

1.2 Meios complementares

Esta atividade é complementada por meios mecânicos de médio e grande porte:

- 1 Varredora aspiradora em chassi de viatura pesada
- 2 Varredoras aspiradoras de 5 m3
- 1 Varredora aspiradora de 1 m3
- 2 Lavadoras elétricas de pavimentos de 2 m3

2. Limpeza do perímetro não urbano

2.1 Freguesias com operacionais dedicados

Em doze freguesias estão adstritos colaboradores operacionais dedicados e cuja gestão operacional é da responsabilidade das respetivas juntas de freguesia. Operam de modo idêntico aos colaboradores da zona urbana.

2.1.1 Área Geográfica

- Ténodes 1 colaborador





■ Negroso	1 colaborador
■ Nogueira	2 colaboradores
■ Fraão	1 colaborador
■ Lapações	1 colaborador
■ Gualtar	3 colaboradores
■ S. Pedro e S. Mamede d'Este	1 colaborador
■ Ferreiros	2 colaboradores
■ Palmeira	2 colaboradores
■ Celeirós	1 colaborador
■ Dume	1 colaborador
■ Lomar	1 colaborador
■ Frossos	1 colaborador
■ Tadin	1 colaborador

3. Restante território

O restante território, não abrangido pela descrição supra, tem as suas necessidades de limpeza supridas pelos colaboradores sediados no Centro Operacional, apoiados por quatro viaturas ligeiras de mercadorias.



4. Varredura Mecânica Descentralizada

Está implementado o serviço de varredura mecânica descentralizada, destinado aos territórios não abrangidos pelo serviço de limpeza urbana, com quatro varredoras elétricas e respectivos operacionais afetos exclusivamente a este serviço.

4. Serviços sazonais ou ocasionais

A equipe de colaboradores sediada no Centro Operacional assegura o serviço de limpeza periódica de praias fluviais no período de atividade das mesmas.

Quanto aos eventos públicos organizados na esfera do concelho, a limpeza é assegurada pela totalidade das equipas e equipamentos do serviço.

5. Fiscalização conforme competências emanadas no Regulamento Municipal

O serviço de fiscalização de higiene urbana e resíduos é assegurado por duas equipas de fiscalização a operar por turnos, com apoio de viatura dedicada. As tarefas de fiscalização compreendem roteiros pré-determinados que incluem as zonas de maior incidência de infrações e a fiscalização de ocorrências reportadas em tempo real pelos serviços de recolha de resíduos e de ambiente urbano, assim como reclamações de munícipes.

6. Manutenção e Gestão de Sanitários Públicos

Campanha Varões

Horário: (2ª a Domingo)

Manhã 7.30h – 13.30h

Tarde 13.30h – 19.30h

